

as primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no brasil

Maria Alice Rosa Ribeiro*

Professora do Departamento de Economia da

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP — Campus de Araraquara

Este artigo procura fazer um balanço da produção historiográfica das primeiras pesquisadoras em História Econômica, salientando os avanços da disciplina promovidos pela abordagem de novos temas, pela inovação nos procedimentos metodológicos, com a exploração de novas fontes documentais. Pretende-se identificar através deste balanço as influências recebidas de historiadores, de economistas, de historiadores econômicos e de cientistas sociais, bem como de grupos ou escolas, e construir uma periodização temática, identificando as principais linhas de pesquisa. Não se pretende acompanhar a trajetória das pesquisadoras individualmente, mas traçar um quadro das principais contribuições à disciplina.

O tema do artigo me foi sugerido pelo professor Tamás Szmrecsányi junto com seu convite para tomar parte do simpósio intitulado "A participação feminina na construção de novas disciplinas: o caso da Historiografia Econômica no Brasil", no V Congresso Latino-Americano de História das Ciências e da Tecnologia — Gênero, Ciência & Tecnologia na História Latino-Americana, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1998. O artigo não tem a pretensão de defender uma suposta "historiografia econômica feminina", mas fazer um simples recorte da participação das mulheres na construção deste campo do conhecimento.

A Autora agradece a Miriam Moreira Leite e a José Roberto do Amaral Lapa os comentários, e a Renato Perim Colistete a indicação do artigo de Maxine Berg sobre as historiadoras econômicas britânicas. Finalmente, a Autora agradece aos pareceristas por seus comentários e sugestões de alterações.

E-mail: marr@zaz.com.br

Em função desse propósito, a periodização escolhida tem início nos anos trinta e termina por volta de 1970, acompanhando a produção historiográfica da década de 1930 aos anos sessenta. O primeiro marco foi definido em função da criação das Faculdades de Filosofia, em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935), e da Escola de Sociologia e Política (1933) que introduziram o ensino, a pesquisa e a profissionalização nas ciências sociais. Por sua vez, o ano terminal foi escolhido em função da inauguração dos programas de pós-graduação, a qual ampliou o número de trabalhos de história econômica e social e dispersou suas temáticas. A adoção deste período, restrito às primeiras pesquisadoras, além de ajustar-se ao objetivo do artigo — registrar a participação feminina na construção da disciplina — não compromete o seu conteúdo porque essas historiadoras podem ser chamadas de "pioneiras", por terem atuado na pós-graduação e por terem sido, de fato, as formadoras das novas gerações de pesquisadores em História Econômica.

O levantamento da historiografia foi feito na coleção da *Revista de História* (1950-1977) e nos primeiros escritos de História Econômica das coleções de obras raras de Peter Einsenberg e de Sérgio Buarque de Holanda, cujos acervos são preservados na Biblioteca Central da UNICAMP. Como base de apoio, utilizaram-se os levantamentos da produção histórica do Brasil realizados por Carlos Fico e Ronaldo Polito, e por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, assim como as avaliações da historiografia econômica feitas por Francisco Iglésias (1970), Alice Piffer Canabrava (1971), Nícia Vilela Luz (1977) e Tamás Szmrecsányi (1996).

Fragmentos de História Econômica: Primeiras Manifestações

Em *Teoria da História do Brasil* (1969, 3 ed.), José Honório Rodrigues faz uma classificação dos gêneros da História. Entre os diversos gêneros listados — dezoito ao todo — aparece a História Econômica, caracterizada por ele como uma especialidade relativamente recente dos escritos da História. A pobreza bibliográfica do gênero no Brasil deve-se justamente à sua novidade. De acordo com José Honório, os primeiros cronistas realizaram mais estudos descritivos da atividade econômica existente no País do que de História Econômica propriamente dita. Entre os cronistas que escreveram sobre a atividade econômica desenvolvida na Colônia figuram: Gabriel Soares de Sousa, Ambrósio

Fernandes Brandão, André João Antonil, José Mariano da Conceição Velloso, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e Luís Vilhena. Outros autores — como José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, e João Rodrigues de Brito — realizaram estudos basicamente voltados à Política Econômica.

Para José Honório, os estudos de História Econômica propriamente ditos começam apenas no século XX, com as obras de Amaro Cavalcanti, José Pandiá Calógeras, Leopoldo Bulhões, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos de Mello Franco, F.T. de Sousa Reis, J. F. Normano, Afonso Taunay, Josias Leão, Marcos Carneiro de Mendonça, José Jobim, Caio Prado Jr., Pires do Rio e Alice Canabrava (Rodrigues, 1969, p. 167-9).

Na sua defesa da antecipação do nascimento da História Econômica, Francisco Iglésias aponta duas obras inaugurais: o trabalho *Minas e os Quintos do Ouro*, de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos 1770(?), considerado "um verdadeiro estudo de história econômica", no qual o Autor faz uma história do regime tributário colonial, e não uma mera descrição da atividade econômica da época, e o trabalho de José João Teixeira, *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, de 1780 (Iglésias, 1970, p.18-19). O Catálogo de Exposição da História do Brasil de 1881 e de 1883 corrobora a tese de Iglésias. Nele foi realizada a primeira tentativa de classificação bibliográfica de nossa historiografia, e a História Econômica aparece fazendo parte da tipologia de abordagens da História. De qualquer forma, até fins do século passado, os estudos de História Econômica eram esparsos e não formavam um conjunto reconhecido de obras do gênero, tal como entendemos hoje seu conteúdo. As várias obras eram mais uma descrição do tempo vivido, contendo observações da época.

Iglésias reconhece que a bibliografia histórica dominante no século passado possuía um caráter quase exclusivamente político. O principal historiador do século XIX, Francisco Adolfo Varnhagen, tratou predominantemente de temas políticos, dispensando pouca atenção aos temas econômicos, que aparecem na sua obra apenas marginalmente. Em *Capítulos de História Colonial* (1907), Capistrano de Abreu buscou fugir do domínio dos temas políticos e divulgar uma história mais social e econômica, sem preocupação com os grandes feitos e com os "grandes sujeitos" da história (Glénisson, 1977, p.280). Para Alice P. Canabrava, Capistrano de Abreu, em seu livro de síntese, propôs uma "nova concepção de elaborar a História: sem preocupação com autoridades e datas", articulando a história dos homens com elementos da cultura

Quadro I. Primeiros cronistas das atividades econômicas

Publicação	Autor	Obra
1583	Fernão Cardim (jesuíta)	<i>Narrativa Epistolar</i>
1587	Gabriel Soares de Sousa	<i>Tratado Descritivo do Brasil</i>
1612	Diogo de Campos Moreno	<i>Livro que dá Razão do Estado do Brasil</i>
1618	Ambrósio Fernandes Brandão	<i>Diálogo das Grandezas do Brasil</i>
1711	André João Antonil	<i>Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas</i>
1780	José João Teixeira	<i>Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais</i>
1770(?)	Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos	<i>Minas e os Quintos do Ouro</i>
1791	José Joaquim da Cunha Coutinho	<i>Memória Sobre o Preço do Açúcar</i>
1794	José Joaquim da Cunha Coutinho	<i>Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias</i>
1802	Luís dos Santos Vilhena	<i>Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaes</i>
1807	J. Rodrigues de Brito	<i>Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia</i>

Fontes: Rodrigues, J.H.(1969); Iglésias, F.(1970) e Canabrava, A P.(1971)

Quadro II. Primeiros estudos de História Econômica

Publicação	Autor	Obra
1889	Liberato Castro Carreira	<i>História Financeira e Orçamentária do Império</i>
1890-93		
e 1916	Amaro Cavalcanti	<i>O Meio Circulante Nacional, 1808-35</i>
1904-05		
e 1913	José Pandiá Calógeras	<i>A Política Exterior do Império</i>
1918		
e 1923	Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	<i>Bancos de Emissão no Brasil</i>
1922	Vitor Viana	<i>Histórico da Formação Econômica do Brasil</i>
1923	José Gabriel de Lemos Brito	<i>Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil</i>
1937	Roberto Simonsen	<i>História Econômica do Brasil</i>
1939	João Frederico Normano	<i>Evolução Econômica do Brasil</i>
1939-41	Afonso D'Escragnonle Taunay	<i>História do Café no Brasil</i>
1942	Caio Prado Jr.	<i>Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia</i>
1942	Alice Canabrava*	<i>O Comércio no Rio da Prata de 1580-1640</i>
1944-47	José Pires do Rio	<i>A Moeda Brasileira e seu Perene Caráter Fiduciário</i>

Fontes: Rodrigues, J.H.(1969); Iglésias, F.(1970) e Canabrava, A. P.(1971).

* Observação: Apesar de constar com o ano de publicação de 1944, o trabalho de Alice Canabrava foi apresentado como tese de doutorado em História da Civilização Americana em 13/11/1942. Cf. Simões de Paula (1971).

material, dos modos de vida, da geografia, da política etc. Dessa forma, a História passa a desenrolar-se num cenário mais complexo, econômico e social. "Não se trata mais de narrar os fatos, de descrevê-los objetivamente, mas de compreendê-los numa elaboração que visa captar uma realidade complexa, com apelo do que ela apresentava mais simples e irredutível" (Canabrava, 1971, p. 20).

As obras de História Econômica de cunho mais geral eram no entanto ainda muito poucas. As primeiras datam dos anos vinte, como o estudo de Vitor Viana, *História da Formação Econômica do Brasil*, comemorativo da Independência, publicado em 1922, por encomenda do Ministério da Fazenda. Apesar da pretensão do título da obra, o Autor apresentou mais aspectos de política econômica e de finanças, do que temas relacionados à história do desenvolvimento da atividade produtiva. Em 1923, foi publicado outro estudo, *Pontos de Partida para a História Econômica*, de Lemos Brito, abordando diversos aspectos da atividade econômica (Iglésias, 1970, p.4-7).

Apesar da História Econômica aparecer como um gênero da historiografia desde os anos oitenta do século passado, ela era pouco sistematizada, não derivando de temas e problemas definidos, nem de uma metodologia específica. Até então tampouco se conheceram trabalhos femininos. A História Econômica era dominada por homens, e esta parecia ser também a situação de outros gêneros da História. E essa situação só mudaria a partir dos anos trinta, com a criação da Universidade de São Paulo.

O Nascimento da Moderna Historiografia Brasileira e a História Econômica

Nos anos trinta, foi se esboçando um novo quadro para a sociedade e para a vida intelectual brasileiras, com a institucionalização das ciências sociais a partir da fundação da Universidade de São Paulo. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras reuniu, ao lado das ciências da natureza, os estudos das ciências do homem e da sociedade, numa demonstração clara da mudança cultural que se processava no País naqueles anos. As ciências humanas — História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Letras — passaram a ser objetos de conhecimento formal, de ensino e de pesquisas sistemáticas, envolvendo uma rigorosa obediência a métodos e normas de abordagem e de investigação científica.

Os primeiros anos do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da USP e as primeiras pesquisadoras em História Econômica (1934-1955)

O ponto de partida da participação das mulheres na construção da disciplina de História Econômica encontra-se na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e na organização do primeiro curso superior de História. Os estudos sistemáticos de História foram iniciados formalmente com a criação da USP. Até então, a historiografia brasileira fora dominada pela história dos eventos políticos, apenas figurando como exceções os estudos de Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu, ambos metodologicamente influenciados pela escola histórica alemã. Os estudos históricos foram inicialmente desenvolvidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. O nativismo, a exaltação das riquezas naturais do País e o louvor do caráter dos seus filhos, "*varões preclaros*", distinguiram os trabalhos produzidos por essa instituição, os quais concebiam a história como forma de perpetuar os bons e honrados exemplos (Canabrava, 1971, p. 14-15). O culto à documentação fez com que o IHGB se dedicasse a organizar e reunir arquivos e documentos que contribuíssem para fundamentar estudos biográficos dos brasileiros ilustres, "distintos por letras, armas, virtudes, etc." O gênero biográfico tornou-se a principal forma narrativa da história do País. Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa (1977) apontam como características dos estudos históricos produzidos no IBHG o isolacionismo atribuído à Nação e o sentido personalista atribuído aos acontecimentos. Conseqüentemente, predominavam os estudos de História Política e Militar em detrimento de outros aspectos da vida social. As estruturas da vida material e de suas transformações recebiam pouca ou quase nenhuma atenção.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras rompeu com esse estado de coisas e inaugurou uma nova perspectiva para os estudos de História, conforme fora desenvolvida pelos mestres franceses da Escola dos *Annales*. A Escola dos *Annales*, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch já se rebelara contra a história *historizante*, a história dos acontecimentos, mostrando sua discordância com os limites impostos aos estudos históricos. Febvre e Bloch, e mais tarde seus discípulos, Fernand Braudel, Henri Brunschwig, Georges Friedman, Jean Gagé, C. E. Labrousse, Georges Lefebvre, Charles Morazé, enveredaram para a História Econômica e Social (Simões de Paula, 1971, p.428). A revista que aglutinou

o grupo, *Annales d'histoire économique et sociale*,¹ de onde derivou o nome da escola, data de 1929 e apoiava-se na interdisciplinaridade, reunindo historiadores, economistas, sociólogos, geógrafos, com o objetivo de modernizar a abordagem da história. O nome da Revista também denota uma possível influência da escola histórica alemã representada por Max Weber. Além da inovação temática trazida pelos *Annales*, a Escola trouxe uma inovação metodológica — a realização da pesquisa das fontes e a crítica aos documentos continuou a ocupar lugar central do trabalho empírico do historiador, mas não se tratava mais do culto ao documento, mas da interpretação dos processos históricos, dos seus sentidos, de suas estruturas, num quadro amplo das ciências do Homem. O interesse dos *Annales* pela América do Sul fora manifestado no primeiro número da revista, quando Febvre destacou esse continente como um campo de estudos privilegiado para a compreensão das diferenças, para a realização de investigações sistemáticas, sendo território desconhecido e pouco explorado. Portanto, a criação da Faculdade de Filosofia foi uma grande oportunidade para que membros da Escola se aventurassem a desvendar a natureza da diversidade e dos contrastes dos trópicos. Mais tarde, Braudel diria que: "A nova história que defendi em *O Mediterrâneo* de certa forma a concebi, construí, sonhei quando estava no Brasil" (Massi, 1991, p. 213).

Na Faculdade de Filosofia, a História e a Geografia formavam juntas a quinta subseção de Ciências. Três cadeiras constituíam a parte referente à História: História Geral, História da América e História do Brasil. A cadeira de História Geral ficou sob a responsabilidade dos professores franceses, enquanto que a do Brasil ficou a cargo de Afonso D'Escragnon Taunay e, mais tarde, de Alfredo Ellis Jr. O primeiro professor francês responsável pela cadeira de História Geral foi Emile Coornaert, especialista em História Econômica da Idade Média. O professor Coornaert permaneceu pouco tempo no cargo, tendo sido substituído por Fernand Paul Braudel, que influenciaria de forma marcante a nova geração de historiadores, permanecendo no País de 1935 a 1937.

¹ A revista manteve o nome de *Annales d'histoire économique et sociale* até 1939, quando uma nova fase foi inaugurada e o nome mudou para *Annales d'histoire sociale*. Durante a Guerra, o temor de não cumprir a periodicidade fez com que o nome mudasse para *Mélanges d'Histoire Sociale*. Em 1947, o nome *Annales*, plenamente identificado com a Escola, fez com que a revista retomasse sua denominação anterior de *Annales* (Economies, Sociétés, Civilisations). Em 1956, com a morte de Febvre, Braudel assumiu a direção da Revista.

O professor Braudel ministrava aulas de História Grega, Romana, Medieval e Moderna e orientava os alunos nas escolhas de temas de investigação, recomendando temas relativos à História do Brasil. Quanto à abordagem, a recomendação era de buscar as relações da História do Brasil com a História Mundial, abandonando o olhar restrito voltado para dentro do País. O fato de os professores franceses ministrarem História Geral abriu os horizontes dos estudantes para novos temas, novos problemas e novos métodos de abordagem, levando-os a repensar a História do Brasil e seu passado colonial, buscando as raízes na expansão econômica européia (Campos, 1954, p. 498). Jean Gagé foi o terceiro professor francês a vir para a Faculdade de Filosofia, em substituição a Fernand Braudel. Permaneceu de 1938 a 1945, tendo aprofundado as bases de conhecimento em História Geral dos alunos, orientando as teses de doutorado de Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello, Alice Canabrava e Olga Pantaleão. A partir de 1937, Eurípedes Simões de Paula passou a ocupar o cargo de assistente de Fernand Braudel. Em 1939, a cadeira de História Geral da Civilização foi definitivamente dividida entre Jean Gagé e Eurípedes Simões de Paula, que se tornou o primeiro brasileiro a ministrar essa disciplina.

A formação do curso de Geografia e História com professores estrangeiros feriu a vaidade dos "guardiões da história pátria", os membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que não aceitaram os professores estrangeiros e os historiadores licenciados das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras como sócios daquela instituição (Massi, 1991, p. 199).

O curso era conjunto, de Geografia e História. Foi somente em 1955 que ocorreu a separação e a criação de dois cursos autônomos. O vínculo estreito entre a História e a Geografia aponta para uma outra influência dos *Annales*, que considerava impossível pensar a História separada da Geografia. Pierre Monbeig, especialista em Geografia Humana e Econômica, exerceu forte influência sobre os primeiros alunos. Entre os professores franceses, ele foi quem permaneceu maior período no Brasil — cerca de onze anos. Além disso, foi um dos poucos que escolheu como tema de tese o Brasil, com uma problemática assentada na história econômica — a expansão da fronteira agrícola no Estado de São Paulo. Monbeig foi também o divulgador mais assíduo de estudos sobre o Brasil nos *Annales*. Em 1937, o continente sul-americano foi pela primeira vez objeto de estudo de dois artigos publicados nos *Annales*: um de Henri Hauser, sobre a influência do *saint-simonisme* no

Brasil, e outro de Pierre Monbeig, sobre as zonas pioneiras do Estado de São Paulo. Sua forte influência levou Alice Canabrava a afirmar que: "Monbeig e Braudel conquistaram os estudantes intelectualmente. Quando terminei os três anos de curso não tinha idéia do que queria fazer — ser geógrafa ou historiadora" (Depoimento de Alice Canabrava no MIS — SP, Série Estudos Brasileiros, coordenado por Ernani S. Bruno 30/09/1981, apud Massi, 1991, p. 190 e 202).

Sem dúvida, a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*. As raízes da moderna História Econômica estão no curso de História e na formação dos primeiros historiadores. Até a criação da Faculdade de Economia e Administração em 1946, os estudos de História Econômica eram realizados exclusivamente no curso de História da Faculdade de Filosofia. Os primeiros professores da disciplina História Geral, Émile Coornaert e Fernand Braudel, orientaram-na dentro de uma perspectiva de História Econômica da Idade Média (Prof. Coornaert) e de uma História Econômica e Social dos Tempos Modernos (Prof. Braudel). Nas atividades de pesquisas, os professores recomendavam aos alunos a escolha de temas de História do Brasil, buscando as ligações entre eles e a História Geral. Nascia, assim, uma moderna historiografia brasileira.

Para as mulheres, oriundas da pequena e média burguesia, a Faculdade de Filosofia significou uma ruptura, a possibilidade de ingressar em níveis do ensino que exigiam maior qualificação. A participação das mulheres no magistério, limitada à escola primária, abriu-se ao ensino secundário e ao próprio ensino superior e à pesquisa. A Faculdade de Filosofia representou uma democratização do acesso das mulheres ao ensino superior. De outra forma só poderiam prosseguir sua formação acadêmica ou profissionalizante nas Faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia, ou no exterior.

O objetivo da Faculdade de Filosofia era, antes de mais nada, preparar um corpo qualificado de professores para atender a ampliação do ensino secundário e sua expansão para as cidades do interior do Estado de São Paulo. A recém-fundada Universidade de São Paulo incorporava-se à política educacional paulista, fornecendo qualificação/treinamento/formação aos professores primários comissionados pela Secretaria da Educação para concluírem seus cursos superiores.

Quando a Capital começou a receber um número crescente de moças vindas do Interior para estudarem na Faculdade de Filosofia operou-se uma verdadeira transformação cultural e de costumes naqueles tumul-

tuados anos trinta. Em seu depoimento, Alice Canabrava relata o deslumbramento em contato com um mundo completamente diferente, com a presença dos "notáveis professores e dos dois grandes mestres franceses entre os maiores professores nas respectivas matérias, entre os maiores professores contemporâneos: o prof. Pierre Monbeig e Fernand Paul Braudel. ..."a Geografia não era mais a geografia de lista telefônica que eu tinha aprendido na Escola Normal, era aquele encanto, era aquela sedução de compreender a paisagem. O professor de História era, o que diziam, o encantador de serpentes. Nós ficávamos, assim embevecidas, bobas, ouvindo suas aulas" (Blay e Lang, 1984, p. 2.138).

Alice Canabrava e Olga Pantaleão formaram-se em 1937 e 1938, respectivamente. Ambas seguiram carreira acadêmica, tendo recebido influências das preocupações com a História Econômica. Seus trabalhos inauguraram no Brasil a participação das mulheres no campo da História Econômica. Alice Canabrava defendeu seu doutoramento na disciplina de História da Civilização Americana com a tese *O Comércio no Rio da Prata de 1580-1640*. Foi a primeira mulher a defender tese no Curso de Geografia e História, em 13 de novembro de 1942. Olga Pantaleão defendeu seu doutoramento na disciplina História da Civilização Moderna e Contemporânea com a tese *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713-1873*, em 1944.

O Comércio no Rio da Prata de 1580-1640 foi sucedido pelo trabalho *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas*, tese de livre-docência defendida em 1946. O título de livre-docente em História Econômica permitiu a Alice Canabrava concorrer à cadeira de História Econômica da Faculdade de Economia da USP em 1946, quando venceu catorze candidatos. Assim, Alice tornou-se a primeira mulher a ocupar a cadeira de História Econômica da Faculdade de Economia, onde mais tarde exerceria a Diretoria e a Presidência do Instituto de Pesquisas Econômicas (Blay e Lang, 1984, p. 2.142).

O seu terceiro trabalho foi a tese de cátedra em História Econômica Geral e do Brasil da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, intitulada *O Desenvolvimento da Cultura Algodoeira na Província de São Paulo, 1861-1875*, defendida em 1951. Todos os seus trabalhos basearam-se em fontes primárias e na procura de respostas a problemas econômicos e sociais. Seu gosto pela História Econômica foi atribuído a Braudel (Canabrava, 1997, p. 157).

No seu primeiro trabalho, Alice pesquisou os vários volumes dos Arquivos de Buenos Aires no Museu Paulista. A fonte documental inspirou-a na formulação da tese, na qual mostra a expansão comercial

luso-brasileira nos territórios espanhóis do vice-reino do Peru, na época da união das coroas espanhola e portuguesa. O segundo trabalho, sobre o açúcar nas Antilhas, foi inspirado no estudo que fez da obra de Antonil, quando preparava a introdução à reedição de *Cultura e Opulência do Brasil*. A pesquisa foi feita na Biblioteca Nacional, onde Alice encontrou uma farta documentação sobre economia açucareira, com base na qual reconstituiu a trajetória da indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas, realizando, ao mesmo tempo, um estudo pioneiro sobre a história das técnicas de produção (Capelato, Glezer e Ferlini, 1996, p.18-19). No trabalho sobre o algodão, investigou as repercussões da "fome de algodão" européia, durante a Guerra da Secessão norte-americana, na expansão do cultivo do algodão na Província de São Paulo. A pesquisadora introduziu os jornais nas suas investigações, além dos habituais arquivos de documentos. Por fim, nos últimos trabalhos, fez uso crescente de informações quantitativas, pesquisando as formas de riqueza em São Paulo. Com base na constatação da pobreza da economia agrícola paulista no período colonial, a qual, sem escravos, não poderia progredir, apontou para a transformação da sua economia agrícola inexpressiva em centro de abastecimento das Minas, como fator responsável pela superação da pobreza paulista e pela formação da riqueza de São Paulo.

Alice Canabrava foi um elo entre a Faculdade de Filosofia, onde se formou, e a Faculdade de Economia, onde exerceu sua influência sobre uma nova geração de historiadores econômicos, por meio do ensino e da pesquisa. Sua contribuição para a disciplina de História Econômica desdobrou-se em duas direções: primeiro, numa consistente trajetória de investigação de problemas de História Econômica; segundo, no esforço de construir uma história do passado com base em fontes primárias, no confronto e na crítica à documentação. "Em minhas pesquisas reconheço uma grande influência da base documental. Só me sinto segura quando apoiada em documentos. Não sou pessoa de realizar grandes vôos fora do material" (Canabrava, 1997, p. 160).

Por sua vez, Olga Pantaleão tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Assistente da cadeira de História Geral Moderna e Contemporânea no curso de História da Faculdade de Filosofia, a convite de seu orientador, Prof. Jean Gagé. Assim, ela fez parte do grupo inicial de docentes — *as pioneiras* — na Faculdade de Filosofia (Blay e Lang 1984, p. 2.141). Sua tese analisou o comércio inglês na América Espanhola entre 1713 e 1783, revelando a intensa atividade de comerciantes ingleses no abastecimento e no fornecimento de mercadorias para os

colonos, chegando muitas vezes a superar o comércio das metrópoles espanhola e portuguesa com suas colônias em pleno regime do exclusivo metropolitano. Com isso, a penetração comercial inglesa pôs por terra uma das prerrogativas do mercantilismo, segundo a qual as colônias deveriam servir suas metrópoles, fornecendo matérias-primas e consumindo os produtos produzidos ou comercializados pelos comerciantes metropolitanos. Essa tese trouxe uma importante contribuição para o conhecimento do sistema colonial mercantilista, ao desvendar a ruptura do seu regime de comércio, baseada no exclusivo comercial metropolitano.

A América Portuguesa foi conquistada mais depressa e mais plenamente dominada pelos comerciantes ingleses do que a América Espanhola. Os comerciantes ingleses receberam permissão de comerciar com os portos do Brasil e de residir nos portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro pelos tratados de 1654 e 1661. A presença inglesa expunha a "ótima organização comercial dos anglo-saxões" em contraste com a ineficiência do sistema colonial português e espanhol. Embora em melhor situação do que a portuguesa, a metrópole espanhola não abastecia suas colônias e foi perdendo seu monopólio comercial. Ao longo do século XVIII, os ingleses tornaram-se os maiores fornecedores de escravos, produtos manufaturados, roupas, tecidos, artigos de alimentação, livros e outros impressos nos mercados americanos. A autora utilizou obras do século XVIII no seu trabalho, mas sua pesquisa nos arquivos de Londres e de Madri acabou sendo prejudicada pela Guerra (Pantaleão, 1946, p.8).

No início dos anos cinquenta foram defendidas mais duas teses de doutoramento inspiradas pela escola dos *Annales*. Uma foi a de Mafalda Zemella, assistente da cadeira História da Civilização Brasileira, sobre *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, defendida em 1951 sob a orientação de Alfredo Ellis Jr. A outra tese foi a de Myriam Ellis, *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil 1631-1801: Contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil, durante o período colonial*, defendida em 1955 sob a orientação formal de Astrogildo Rodrigues de Mello na cadeira de História da Civilização Brasileira.

O tema tratado por Mafalda foi a organização de uma rede de abastecimento interno e o desenvolvimento do comércio e do capital comercial junto à economia mineradora, e recebeu influência de Braudel, que apreciava o assunto. Mas, o resultado alcançado acabou gerando

bastante polêmica, pois a influência do Orientador se fez sentir de forma muito intensa. A polêmica foi deslocada do tema central da tese para a questão do papel desempenhado pelo ouro na Revolução Francesa. A tese defendida por Ellis Jr., e sustentada pela sua orientanda, era de que "a causa máxima da Revolução Francesa foi a Revolução Industrial na Inglaterra, e esta foi causada pelo ouro brasileiro, o qual, como se vê, indiretamente foi o responsável pelo grande terremoto que foi a evolução Francesa" (Zemella, 1951, p. 17 e Janotti, 1952, p. 237-240).

assunto explorado por ela, o abastecimento da população dos sertões de Cataguases na capitania das Minas Gerais (1720), era mais relevante do que a discussão provocada, e envolvia o surgimento da atividade comercial brasileira, a integração de um mercado interno de dimensões nacionais, e problemas ligados ao comércio internacional — notadamente com Portugal e a Inglaterra, que foram afetados pelo imenso crescimento do mercado consumidor.

A Autora trabalhou quase exclusivamente com fontes primárias até então pouco utilizadas, pois raros historiadores haviam se preocupado em estudar como viviam as populações mineradoras, quais os seus problemas de consumo e quais os mercados nacional e internacional em que se abasteciam. Ela mostrou as dificuldades de abastecer com gêneros alimentícios e artigos de consumo corrente uma economia colonial marcada pela monocultura, dadas a inexistência de vias de comunicação, a precariedade dos meios de transporte, e a escassa tradição comercial no Brasil, com exceção das exportações de produtos tropicais e do comércio de escravos, bem como a falta de moeda, a precariedade das técnicas de conservação de víveres, as dificuldades de importação de bens de consumo, etc. Na economia colonial voltada para a exportação de produtos tropicais, não havia sobras de gêneros de consumo, e, conseqüentemente, não havia comércio interno. Devido a tudo isso, o povoamento das Gerais acabou impulsionando o surgimento uma rede de abastecimento interno ao longo do século XVIII.

Myriam Ellis utilizou uma documentação inédita, manuscrita e impressa, vinda principalmente de arquivos de Lisboa, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além dos escritos de cronistas e viajantes. O tema do monopólio do sal no período colonial fora pouco estudado até então. Durante o período de 1631 a 1801, a Coroa portuguesa impôs o estanque do sal à Colônia. O monopólio da comercialização do sal era arrendado a particulares, os contratadores de sal. O estanque do sal, como era denominado, restringia a exploração de salinas do Rio

Grande do Norte, de Cabo Frio e de outras regiões litorâneas, e proibia a construção de novas "marinhas" e o transporte de sal das regiões produtoras para as consumidoras. Como consequência do monopólio régio, a população colonial foi privada do produto básico para a conservação dos alimentos — em especial, da carne, para a alimentação do gado, e para o tratamento dos couros. A falta do sal, que durou cerca de 170 anos, provocou uma verdadeira "fome de sal", afetando a economia de subsistência e a economia mercantil do Brasil colônia (*Revista de História*, 1956, p. 277-288).

As três autoras que acabam de ser mencionadas foram as primeiras historiadoras que se dedicaram à pesquisa e à elaboração de trabalhos de tese no campo da História Econômica na Faculdade de Filosofia da USP, antes da separação dos cursos de Geografia e História. Os objetos de estudo convergiam para temas relativos ao período colonial. Dois trabalhos tiveram, como base geográfica de estudo, não o Brasil, mas a América Espanhola e as ilhas francesas e inglesas do Mar das Antilhas. Os trabalhos tinham caráter monográfico, esclarecendo, com base documental, problemas pouco conhecidos, e abordando temas ligados à produção colonial para o mercado internacional e seus mecanismos de comercialização. Dos seis trabalhos aqui examinados, dois trataram do período que se estende quase até a segunda metade do século XIX, mas mesmo estes não fugiram dos temas predominantes da produção interna e das relações comerciais com o mercado internacional.

Apesar de ter tido um maior desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a História Econômica recebeu também importantes contribuições na Escola de Sociologia e Política, criada em 1933, onde foi instalada a primeira cadeira de História Econômica do Brasil no ensino superior, ministrada por Roberto Simonsen. Essa disciplina era denominada História da Economia Nacional e fazia parte do terceiro ano letivo. As aulas ministradas por Roberto Simonsen foram reunidas e resultaram no livro *História Econômica do Brasil (1500-1822)*. Cabe aqui apenas um registro, já que se desconhece qualquer participação feminina na disciplina daquela instituição.

A nova geração de pesquisadoras em História Econômica: da separação do curso de História à criação da Pós-Graduação (1955-1911)

De meados dos anos cinquenta até a primeira metade da década de 1970, a disciplina de História Econômica foi ganhando projeção e experimentou um intenso desenvolvimento na Europa e nos Estados

Unidos. Entre as revistas publicadas nos anos cinquenta e sessenta, já havia cerca de vinte periódicos especializados em História Econômica, enquanto cursos universitários especializados em História da População, História do Comércio, História da Agricultura, História da Indústria, História da Moeda e dos Bancos, etc. assinalavam um movimento de consolidação do novo campo do saber (Cipolla, 1991, p. 16-18). O Congresso Internacional de História, realizado em Roma em 1955, evidenciou um interesse crescente por temas ligados à Economia (produção da vida material, distribuição, redes de comercialização), História de Empresas, História dos Preços, História dos Transportes, etc. O período do pós-Guerra suscitou inquietações com os problemas relacionados à reconstrução das economias arrasadas pelo conflito, ao planejamento econômico e às formas de promover o desenvolvimento econômico nas economias atrasadas.

Na América Latina o pensamento econômico e social recebia dois grandes estímulos: um vindo da obra seminal de Raul Prebisch, *Estudio Económico de América Latina*, que significou um avanço nos estudos das especificidades das economias latino-americanas; e outro, dez anos depois da publicação do *Estudio* e da criação da Comissão para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), com a publicação, em 1959, do livro de Celso Furtado *Formação Econômica do Brasil*, que inaugurou uma nova abordagem para a História Econômica do Brasil, e um repensar a História Econômica da região.

A obra de Furtado fechou um ciclo de obras-síntese da História Econômica do Brasil, iniciado por três obras anteriores: a de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1822)*, publicada em 1937, e as duas de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, publicadas respectivamente em 1942 e 1945. A primeira representou um esforço pioneiro de exame dos fatos econômicos e de sistematização de variáveis econômicas mensuráveis, dentro de ciclos econômicos produtivos, fornecendo uma idéia da situação e do desenvolvimento da economia brasileira do Período Colonial até a Independência. Por sua vez, os livros de Caio Prado Jr. trouxeram uma renovação ao estudo da História Econômica do Brasil, ao identificar os fundamentos econômicos e sociais da colonização promovida pelo mercantilismo na estrutura da economia colonial baseada na escravidão, na monocultura e na grande propriedade fundiária.

Sua primeira obra ultrapassou o nível da mera transcrição de documentos e de dados estatísticos, distanciando-se, sob esse aspecto, da obra de Roberto Simonsen, como tentativa de interpretação de nosso passa-

do colonial. Já o segundo livro de Caio Prado Jr. foi a primeira tentativa de apresentar uma História Econômica Geral do Brasil, abrangendo os períodos Colonial e Nacional, e tratando de temas até então pouco discutidos, como a industrialização e o imperialismo.

Por sua vez, o livro de Celso Furtado foi uma contribuição de economista, consubstanciada na análise dos elementos históricos à luz da Teoria Econômica. O problema do desenvolvimento econômico é analisado por ele com base nos conceitos de produção, distribuição e fluxo da renda gerada pelas diferentes formas de organização produtiva, desde a economia colonial do complexo açucareiro nordestino até a economia industrial do sul. A contribuição de Furtado estava na originalidade do seu estudo, como reconheceu Alice Canabrava, ao afirmar que:

"...é preciso salientar que em Celso Furtado a grande lição não está certamente nos números, mas sim, na originalidade de suas hipóteses, na visão ampla dos fenômenos econômicos que nos trazem, muitas vezes, a explicação das ações administrativas e políticas; a aplicação das teorias econômicas e conceitos da ciência econômica em um estudo macroeconômico com respeito a fatos do passado" (Canabrava, 1971, p. 31).

Nas décadas de 1950 e 1960, os debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo estimularam um outro debate em nossa historiografia — o da passagem da economia colonial à sociedade capitalista. As pesquisas sobre o Brasil-Colônia denotavam uma preocupação em compreender a herança colonial, as relações entre Metrópole e Colônia; as possibilidades de crescimento de uma economia de mercado interno; o desenvolvimento e a inserção da economia nacional no capitalismo mundial. Do ponto de vista metodológico, a influência predominante da Escola dos *Annales* manteve-se e foi inovada com a incorporação do instrumental estatístico e quantitativo à análise do comércio colonial (Chaunu, 1971, p. 21-24). Ao mesmo tempo, a corrente de pensamento marxista ganhava terreno nos mencionados debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e nos estudos acerca da natureza da colonização e da inserção internacional do Brasil, por meio da influência de autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy, Paul Baran e outros.

Uma referência à influência de Sérgio Buarque de Holanda nos cursos de História torna-se obrigatória. Em 1958, ele deixou a direção do Museu Paulista e assumiu a cadeira de História da Civilização Brasilei-

ra. Sua influência, que teve início com a defesa da sua tese de cátedra *Visões do Paraíso — Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, não se restringiu aos temas culturais, atingindo problemas econômicos e sociais, como pode ser observado nos trabalhos de suas três orientandas: Maria Thereza Schörer Petrone, Emília Viotti da Costa² e Suely Robles Reis de Queiroz.

A tese de doutoramento de Maria Thereza Schörer Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*, defendida em 1964, seguia a tendência anterior dos estudos sobre o passado colonial, fazendo uma avaliação das possibilidades de crescimento, dos limites e avanços criados pela economia agrícola do período. A tese mostra o quadro desalentador da economia paulista em meados do século XVIII, o surgimento e desenvolvimento da lavoura açucareira e a inserção da economia paulista nos fluxos comerciais de exportação. Essa transformação econômica representou um rompimento com o passado, ao incorporar as grandes plantações de cana-de-açúcar e os engenhos à paisagem, e criando uma nova estrutura social anteriormente inconcebível. O período coberto por essa tese fora até então pouco estudado, com os historiadores preferindo o período anterior, da expansão do Bandeirismo, e/ou o período posterior, de expansão da economia cafeeira. A documentação referente à cultura da cana-de-açúcar, à indústria açucareira e ao comércio do açúcar ainda não fora trabalhada pelos historiadores. A documentação particular do Barão de Iguape, Antonio da Silva Prado, permitiu à historiadora expor o cotidiano dos negócios de um comerciante de açúcar do século XVIII e início do século XIX. Alice Piffer Canabrava fez parte da banca examinadora, tendo sido esta provavelmente a primeira vez que uma historiadora econômica deixava a posição de examinada para assumir a de examinadora.

Paralelamente e desde 1957, uma outra historiadora, Nícia Vilela Luz vinha voltando sua atenção para aspectos do nacionalismo econômico brasileiro e suas manifestações nas inúmeras tentativas de indus-

² Sérgio Buarque de Holanda era o orientador da tese de doutoramento, que acabou sendo defendida por Emília como tese de livre-docência em 25 de novembro de 1964, com o título *Escravidão nas Áreas Cafeeiras (aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1964. 3 vol. 1001p. (Tese de Livre-docência apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). Veja-se a respeito o texto mais adiante.

trializar o País, desde os tempos coloniais até o fim da Primeira República. Com estas preocupações, Nícia fugia dos temas das historiadoras econômicas formadas pela Faculdade de Filosofia. Na verdade, trazia novas influências, vindas de seus contatos com alguns *brazilianistas*, especialmente com Stanley Stein e com o Research Center in Entrepreneurial History da Universidade de Harvard. Em 1961, seus artigos publicados na *Revista de História* foram reunidos no livro *A Luta pela Industrialização do Brasil, 1808 a 1930*, por sugestão do professor João Cruz Costa. Prosseguindo seus estudos, em 1963, propôs desvendar as relações entre industrialização e desenvolvimento econômico ao longo da história do Brasil, numa tentativa de olhar o passado com as preocupações do presente, e refletindo as idéias desenvolvimentistas e nacionalistas que estavam então penetrando nos meios universitários e nas instituições de pesquisa fora da Universidade (Luz, 1957, 1958, 1959 e 1963).

Em 1964, Nícia participou do concurso de livre-docência da cadeira de História da Civilização Brasileira, apresentando uma tese sobre *A Política Brasileira e as Pretensões dos Estados Unidos na Amazônia 1850-1855*. Deixando de lado a temática da industrialização, a Autora voltou-se para outro aspecto do nacionalismo, confrontando o interesse norte-americano na Amazônia com a política brasileira. A originalidade de sua tese repousava na documentação, constituída por fontes do Itamarati e do Departamento do Estado norte-americano, e na abordagem utilizada, na qual a questão política provém do contexto econômico e social. Mas, na avaliação do professor Iglésias, membro da banca examinadora, a autora não completou sua análise das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, pois faltou um "exame das correntes importadoras e exportadoras entre os dois países" (Silva e Castro, 1966, p. 282-283).

No mesmo concurso de livre-docência da cadeira de História da Civilização Brasileira também concorreu Emília Viotti da Costa, defendendo a tese *Escravidão nas Áreas Cafeeiras — Aspectos Econômicos, Sociais e Ideológicos da Desagregação do Sistema Escravista*. O tema de estudo de Emília fazia parte de um conjunto de trabalhos sobre a escravidão e abolição da escravatura realizados sob a orientação de Florestan Fernandes nos anos sessenta.³ Sua tese abordava a escravidão nas áreas

³ Esses trabalhos foram feitos por Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*), Otávio Ianni (*As Metamorfoses do Escravo*) e outros na cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

cafeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, observando a diferença de comportamento social e econômico entre essas duas regiões produtoras diante da desintegração do sistema e da perspectiva da abolição da escravidão. Não se tratava de um trabalho sobre a economia cafeeira, mas sobre o sistema escravista — uma forma específica de trabalho na economia cafeeira. Foram também analisados por ela a evolução econômica dessas regiões nos seus aspectos mais relevantes — como a mudança no sistema de transportes, a chegada das ferrovias, e a crescente mecanização do beneficiamento do café, os quais modificaram a estrutura da economia cafeeira, interagindo de forma dinâmica com a forma de trabalho e promovendo a desagregação do trabalho escravo.

A Autora reconheceu a influência da classificação de Fernand Braudel — história de curta e de longa duração, correspondendo à conjuntura e à estrutura na sua exposição. Outra influência por ela reconhecida foi a da *história mais socializante* do tipo weberiano, na qual o enfoque centraliza os "grandes mecanismos, tipos da evolução e do processo de mudança". Mas, ao mesmo tempo, ela optou por realizar uma narrativa-síntese, evitando seguir uma ou outra destas orientações. Não se preocupou apenas com aspectos objetivos inferidos das coisas concretas, mas também com o que *pensam e dizem* os personagens envolvidos nos acontecimentos, mesmo que nem sempre o que dizem ou pensam seja o que realmente ocorreu. O cotidiano da vida dos escravos nas zonas rurais e urbanas faz parte da narrativa, ao lado da expansão cafeeira e da crescente especialização da economia cafeeira, levando à criação do mercado interno. Emília Viotti da Costa mostrou que a própria dinâmica da economia agrícola, por meio da acumulação de capital e da distribuição de renda, permitiu e fundamentou o aparecimento de uma economia urbana e industrial. É reconhecível a influência do livro de Stanley Stein, *Vassouras, Grandeza e Decadência do Café* na sua combinação do processo de mudança com o cotidiano.

Dois anos mais tarde, em 1966, Myriam Ellis obteve sua livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira, da qual era assistente, com a tese *As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial*, retomando a temática da atividade produtiva na economia colonial, mas tratando de uma atividade econômica secundária em relação à produção de açúcar, à pecuária, a extração de ouro e diamantes, etc. Sua tese estuda os núcleos de pesca e manufatura de óleo de baleia que se constituíram junto aos principais aglomerados urbanos do litoral. A nova indústria expandiu-se do Recôncavo Baiano para o sul da Colônia, do litoral

fluminense ao de Santa Catarina, sendo introduzida por pescadores originados de Biscaia, mestres da caça à baleia, nos séculos XVII e XVIII.

Como orientanda de Nícia Vilela Luz, Antonia Fernanda Pacca de Almeida defendeu sua tese de doutoramento em 1970, conjugando aspectos políticos e econômicos na disputa entre a potência consolidada e a nação que aspira construir sua influência no continente americano, num trabalho intitulado *Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. A tese de livre-docência na cadeira História da Civilização Brasileira, de Maria Thereza Schörer Petrone, e as dissertações de mestrado de Suely Robles Reis de Queiroz e de Maria de Lourdes Viana Lyra vieram encerrar as contribuições das pesquisadoras em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período que antecedeu a criação do seu programa de pós-graduação.⁴

Tentando uma síntese desse conjunto de trabalhos, pode-se afirmar que o período colonial continuou a atrair os interesses das pesquisadoras em História Econômica, e com novas temáticas sendo suscitadas. Ao mesmo tempo, a primeira metade do século XIX começava a ser estudada por elas.

⁴ Maria Thereza Schörer Petrone defendeu a tese *Comércio e Tributação de Gado na Província de São Paulo, segundo a documentação particular de Antonio da Silva Prado 1818-1830*. Suely Robles Reis de Queiroz defendeu seu mestrado com o trabalho *Algumas Notas sobre a Lavoura de Açúcar em São Paulo no Período Colonial*, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda em 1966. Maria de Lourdes Viana Lyra defendeu a dissertação *Os Dízimos Reais na Capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial, 1640-1750* sob orientação de Nícia Vilela Luz, em 1971.

Quadro III. Primeiras teses de pesquisadoras em História Econômica defendidas na Universidade de São Paulo

Ano da defesa /publicação	Autora	Obra
1942/1944	Alice Canabrava	<i>O Comércio no Rio da Prata de 1580-1640</i>
1944/1946	Olga Pantaleão	<i>A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783</i>
1946	Alice Canabrava	<i>A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas</i>
1951	Alice Canabrava	<i>O Desenvolvimento da Cultura Algodoeira na Província de São Paulo, 1861-1875</i>
1951	Mafalda Zemella	<i>O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII</i>
1955	Myriam Ellis	<i>O Monopólio do Sal no Estado do Brasil, 1631-1801: Contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil, durante o período colonial</i>

Quadro IV. Teses da segunda geração de pesquisadoras em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP

Ano da defesa /publicação	Autora	Obra
1957/61	Nícia Vilela Luz	<i>A Luta pela Industrialização do Brasil 1808 a 1930</i>
1964	MariaThereza Schörer Petrone	<i>A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851</i>
1964	Emília Viotti da Costa	<i>Escravidão nas Áreas Cafeeiras (aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista)</i>
1964	Nícia Vilela Luz	<i>A Política Brasileira e as Pretensões dos Estados Unidos na Amazônia 1850-1855</i>
1966	Myriam Ellis	<i>As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial</i>
1970	Suely Robles Reis de Queiroz	<i>Algumas Notas sobre a Lavoura de Açúcar em São Paulo no Período Colonial</i>
1970	Antonia Fernanda Pacca de Almeida	<i>Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850</i>
1971	Maria de Lourdes Viana Lyra	<i>Os Dízimos Reais na Capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial 1640-1750</i>
1971	MariaThereza Schörer Petrone	<i>Comércio e Tributação de Gado na Província de São Paulo, Segundo a Documentação Particular de Antonio da Silva Prado, 1818-1830</i>

As Primeiras Pesquisadoras em História Econômica no Rio de Janeiro e no Paraná

Fora de São Paulo, pode-se identificar dois outros centros de pesquisadoras em História Econômica em atividade antes da instalação dos programas de pós-graduação: um no Rio de Janeiro e outro no Paraná.

Na Universidade Federal do Paraná organizou-se um grupo⁵ de pesquisadores em História Econômica e História Demográfica, liderado por Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, em funcionamento desde a criação do Departamento de História em 1959. As atividades de docência e pesquisa do Grupo orientaram-se para a História Econômica e Social. Entre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo destacava-se a *Quantificação das Atividades Econômicas Paranaenses nos Séculos XIX e XX*, compreendendo projeto de Pilatti Balhana, cujo objetivo era o de "reconstruir um quadro tanto quanto possível completo da sociedade e da economia pecuária", incluindo o comércio do gado e seus preços, a política de terras, a expansão e diversificação agrícola paranaenses, os preços de gêneros alimentícios em Curitiba, análise das exportações, importações e flutuações do comércio exterior do Brasil Meridional. Com base na experiência em pesquisa e no uso de instrumental quantitativo nos estudos da história da economia regional e história demográfica, em 1972, esse grupo inaugurou um curso de pós-graduação com área de concentração em História Econômica. Na pós-graduação, Cecília Westphalen orientou trabalhos sobre os seguintes temas: preços de escravos na Província do Paraná 1861-1887; o restabelecimento do comércio entre Brasil e Japão após a Segunda Grande Guerra; a história da empresa Fundação Tupy S. A. de Santa Catarina; a tributação e a questão constitucional no Paraná entre 1892-1918; as origens e a composição das fortunas em Palmas 1859-1903; a relação entre a eletricidade e desenvolvimento industrial de Ponta Grossa 1904-73; a colonização agrícola na Colônia de Três Barras, 1932-1970; as características das migrações internas do Paraná, 1900-1984; carvão em Santa Catarina de 1918 a 1954; a indústria da madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava, 1915-1974.

No Rio de Janeiro, nas Universidades Federal Fluminense (UFF) e

⁵ Deste grupo fazia parte o Professor Brasil Pinheiro Machado, estudioso da História Econômica. Brasil Pinheiro Machado e Francisco Iglésias foram os professores de fora do Estado de São Paulo que mais participaram de bancas examinadoras de teses do Departamento de História da USP.

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) um outro grupo formou-se mais tarde em torno de Maria Yedda Leite Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Bárbara Levy.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo foi pioneira nos estudos sobre a História dos Preços⁶, um importante capítulo da história econômica do Brasil, pouco explorado por historiadores e economistas, e sem o qual é quase impossível conhecer diversos aspectos da vida econômica nacional, como as condições de vida, e os custos de produção agrícola e industrial e das atividades de serviços. A mensuração do índice de preços para cidade do Rio de Janeiro, abrangendo o período de 1820 a 1930 foi publicado em 1971 na *Revista Brasileira de Economia* (Lobo et alii, 1971). Estendendo-se na temática da evolução dos preços, Eulália estudou o padrão de vida, os salários de algumas categorias socio-profissionais e o custo da alimentação no Rio de Janeiro entre 1820-1930 (Lobo et alii, 1973). Esta Autora adotou os métodos quantitativos como um instrumento auxiliar para a reconstituição da forma mais objetiva possível das séries de preços, contornando as dificuldades decorrentes da ausência de estatísticas.

O objetivo da sua pesquisa foi o de analisar, por meio dos preços, a natureza da economia do Rio de Janeiro no século XIX e o processo de transição para uma economia capitalista. Selecionou treze gêneros — onze produtos alimentares e dois bens de consumo (azeite para iluminação e panos de algodão) — e acompanhou os preços por meio dos arquivos da Santa Casa de Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e do *Jornal do Comércio*. Seguindo as recomendações e advertências feitas pelos estudos de Harold Johnson, Ruggiero Romano e Labrousse, que reconstituíram a evolução dos preços e da renda de diversas economias do século XVIII e XIX, Eulália pôde comparar seu resultados com os desses autores, identificando nos grupos sociais controladores do comércio uma comunidade de interesses distinta da dos grandes proprietários fundiários, e relacionando o movimento dos preços com a crescente e gradual monetarização da economia e com a expansão do sistema de crédito.

Dentro da História Econômica, Eulália tem analisado uma imensa gama de temas, fazendo estudos comparativos sobre as comunidades de

⁶ Na Universidade Federal da Bahia um outro grupo iniciou, em 1973, um estudo sobre a História dos Preços na Bahia entre 1750-1930, sob a orientação de Kátia M. Queirós Mattoso.

mercadores do Rio de Janeiro e de Charleston no comércio do Atlântico no século XVIII, sobre o papel comercial e financeiro exercido pelas cidades na América Latina, sobre a evolução econômica da cidade do Rio de Janeiro, de cidade comercial à cidade do capital financeiro e industrial nos séculos XVIII e XIX. Fez também estudos sobre o Encilhamento, a história político-administrativa da agricultura. Em História de Empresas estudou o crescimento da Rio-Light de 1904 a 1979. Tem trabalhos sobre as relações entre condições de vida, as flutuações econômicas e o movimento operário, bem como sobre imigrantes portugueses e o mercado de trabalho no Rio de Janeiro. Além disso tem orientado numerosas teses e dissertações na pós-graduação da UFF e da UFRJ, entre cujos temas sobressaem os de História Econômica.

Por sua vez, Maria Yedda Leite Linhares vem estudando há tempos a história da agricultura brasileira e a história do abastecimento sob a perspectiva da política de intervenção do Estado no mercado de produtos alimentícios de 1530 a 1974. As teses sob sua orientação na UFF e a UFRJ cobrem um amplo espectro de temas de História Econômica: a crise do trabalho escravo, a pequena produção e os homens livres e pobres; o nascimento da indústria em Nova Friburgo; a estrutura fundiária e a apropriação da terra; a produção de açúcar, a produção de alimentos entre 1808-1888; a economia escravista colonial e a relação entre comerciantes e fazendeiros; as crises de subsistência na cidade do Rio de Janeiro e Salvador e política econômica 1680-1790; o abastecimento em Manaus 1850-1920; a Cia Matte Laranjeira e a ocupação das terras no Mato Grosso; a apropriação de terras em Goitanazes 1850-1920; a pobreza no Sertão do Seridó 1850-1890; os arrendatários escravistas numa região de policultura 1808-1888; a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929); a organização da empresa seringalista no Acre (1900-1910); o comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922); o comércio de abastecimento (1850-1880); a crise açucareira e os engenhos centrais de Pernambuco e os sistemas agrários em Paraíba do Sul.

Finalmente, Maria Barbara Levy⁷ foi pioneira nos estudos sobre a História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a História Financeira do Brasil no período colonial. Na pós-graduação da UFF e da UFRJ

⁷ Sobre Maria Bárbara Levy veja-se mais adiante artigo de Eulália M. L. Lobo.

orientou numerosas teses e dissertações. Teve uma morte prematura, mas, entre os trabalhos que iniciou merece ser destacada, anos mais tarde, a criação da ABPHE (Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica).

Pesquisadoras em História Econômica e as Primeiras Publicações: a *Revista de História* e a *História Geral da Civilização Brasileira*

Entre as publicações na área de História que divulgaram trabalhos de História Econômica merece destaque a *Revista de História*, pela qualidade do material divulgado e pela sua longevidade — tendo sido publicada por mais de 25 anos sem interrupção. Seus primeiros números apareceram em 1950 e em 1977 atingiu o número 112. Este periódico, criado por Eurípedes Simões de Paula, surgiu de uma sugestão de seu professor e chefe Fernand Braudel (Rodrigues, 1975, p. 14). A *Revista* procurou apresentar uma versão brasileira dos *Annales*, adotando inclusive uma organização editorial semelhante, composta pelas seções de Conferências, Artigos, Documentário, Fatos e Notas, Resenhas Bibliográficas e Noticiário. A *Revista* acompanhava a produção no campo da História e das Ciências Sociais, enfatizando a interdisciplinaridade, por meio da publicação de resenhas bibliográficas e críticas de livros e da divulgação de congressos. Sob a direção de Eurípedes Simões de Paula, ela se tornou um ponto de convergência de toda a produção da Faculdade de Filosofia. Preocupou-se em estimular a pesquisa, divulgando trabalhos em andamento, fazendo comentários acerca do conteúdo de documentos históricos, difundindo informações sobre a localização de fontes documentais e de arquivos. Na *Revista de História*, as pesquisadoras em História Econômica deixaram um importante conjunto de trabalhos, como pode ser verificado na bibliografia arrolada no final deste artigo.

Também merece ser registrada a contribuição das pesquisadoras em História Econômica à publicação da primeira obra de caráter coletivo, uma vez que a coleção da *História Geral da Civilização Brasileira* tornou-se um marco de referência na historiografia brasileira. Em 1960 veio a público o primeiro volume dessa coleção, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. Tratava-se de um trabalho ambicioso de caráter inovador e abrangente, quer pelo período analisado (1500-1964), quer pelos temas abordados: econômicos, culturais, éticos, religiosos, políticos, etc. No dizer de Wilson Martins a obra era uma "provocação para

se repensar o Brasil, para reestruturar nossa compreensão do fenômeno histórico", até então dissimulado por versões didáticas simplificadoras e pela versão da "história oficial". Essa obra era a versão brasileira da *História Geral das Civilizações*, dirigida por Maurice Crouzet e publicada nos anos cinquenta pela Difusão Européia do Livro, também responsável pela edição da *Civilização Brasileira*, completando um ambicioso empreendimento editorial.

A ênfase da obra, que pretendia ser a mais completa sobre a História do Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, era mostrar a continuidade do processo histórico em seus diversos ramos, visando uma reconstrução do passado brasileiro no seu conjunto, sem atribuir primazia a qualquer dimensão da realidade — política, econômica, cultural, administrativa, etc. Procurou abandonar a perspectiva *autonomista e isolacionista* dos estudos da História do Brasil, enquadrando-a na história de outras civilizações e culturas, e integrando suas diversas dimensões numa perspectiva mais geral (Holanda, 1960, p. 7-10).

Na equipe arregimentada por Sérgio Buarque de Holanda destacaram-se várias pesquisadoras que desenvolveram estudos de História Econômica do Brasil, nos quais a história das atividades produtivas entrelaçava-se com elementos sociais. Algumas contribuições dessas pesquisadoras de História Econômica podem ser encontradas no segundo volume do primeiro tomo — sobre a Época Colonial. Segundo plano formulado por Sérgio Buarque de Holanda, este volume era dedicado ao estudo de aspectos da administração, da vida cultural e espiritual, das ciências, das letras, das artes e da economia. Nele colaboraram Alice Piffer Canabrava, com um estudo sobre a grande propriedade rural no Brasil-Colônia e Maria Thereza Schörer Petrone, com outro sobre as regiões criadoras de gado durante o período colonial.

Por sua vez, no primeiro tomo, correspondente ao *Brasil Monárquico — O Processo de Emancipação* —, publicado em 1962, a influência inglesa na decisão da vinda da família real para o Brasil foi estudada por Olga Pantaleão, professora da Faculdade de Filosofia de Marília, que salientou os aspectos econômicos da presença inglesa no intercâmbio comercial, na abertura dos portos, na afluência de comerciantes ingleses para o Brasil, no tratado de comércio de 1810 e no domínio britânico sobre o comércio exterior e interno brasileiro. Já no terceiro volume, publicado em 1969, dedicado ao *Brasil Monárquico — Reações e Transações* —, a questão do trabalho escravo foi abordada por Emília Viotti da Costa, enquanto que o trabalho assalariado do imigrante foi tratado por Maria Thereza Schörer Petrone.

No quarto volume do *Brasil Monárquico — Declínio e Queda do Império*—, publicado em 1974, foi ainda mais numerosa a presença das historiadoras. Na primeira parte — dedicada à Economia e às Finanças — colaboraram Myriam Ellis, com um estudo da mineração no Brasil no século XIX; Nícia Vilela Luz, com o estudo das tentativas de industrialização do Brasil desde D. João VI até o fim do Segundo Reinado; e Alice Piffer Canabrava com o estudo sobre a grande lavoura no século XIX. Na segunda parte — dedicada às Relações Internacionais — Antônia F. Almeida Wright estudou as relações entre o Brasil e a Inglaterra no período de 1831 a 1889, enfatizando o comércio, a navegação, a administração dos portos, e os investimentos ingleses nas estradas de ferro, nos serviços urbanos, na indústria, bem como nos empréstimos públicos.

A partir de 1975, a coleção passou a ser dirigida por Boris Fausto, que teve sob sua direção os tomos correspondentes ao Brasil Republicano. No volume inicial — *Estrutura de Poder e Economia 1889-1930* — participaram historiadoras da nova geração, Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Coelho Prado, mestres em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com o estudo sobre a borracha na economia brasileira da Primeira República. No volume seguinte, sobre *Sociedade e Instituições*, publicado em 1977, aparece um novo estudo da professora Maria Thereza Schörer Petrone sobre a imigração, estendendo sua análise aos estados sulinos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná e para Minas Gerais e Espírito Santo.

Um balanço da contribuição das pesquisadoras em História Econômica na coleção *História Geral da Civilização Brasileira* permite constatar duas tendências. De um lado, elas concentraram seus estudos preferencialmente nos períodos até a Primeira República, e os temas abordados por elas tiveram um caráter monográfico. Elas não se aventuraram a formular grandes interpretações sobre a formação econômica do Brasil, mas procuraram aprofundar o estudo de períodos limitados, atendo-se à documentação existente e fugindo das grandes sínteses. Por outro lado, não obstante a pretensão de abrangência da obra, a origem das colaboradoras restringiu-se nos primeiros volumes às Faculdades de Filosofia e de Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Isto decorreu do fato de poucos Estados da Federação desenvolverem pesquisas em História Econômica naquela época, e também de poucos contarem com pesquisadoras na disciplina. As investigações nesse campo de estudos somente iriam disseminar-se com a institucionalização nacional dos programas de pós-graduação. Antes disso, estavam concentradas em São Paulo, e mais particularmente na Universidade de São Paulo.

Epílogo: As Pesquisadoras Brasileiras em História Econômica e a História Econômica do Brasil

Algumas conclusões mais gerais podem ser extraídas do mapeamento realizado. A primeira é que não há uma História Econômica produzida por mulheres com características distintas daquela produzida por homens. A produção das pesquisadoras em História Econômica seguiu as tendências observadas por Iglésias (1970) e Szmrecsányi (1996) em suas avaliações da produção da historiografia econômica brasileira. As primeiras pesquisadoras em História Econômica não se aventuraram a empreender trabalhos mais abrangentes ou de síntese sobre a formação econômica do Brasil ou da história econômica do Brasil. Os poucos trabalhos dessa natureza foram realizados por historiadores e economistas, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado.

A produção historiográfica das primeiras historiadoras econômicas está dispersa em monografias e outros trabalhos específicos, que são relevantes e necessários. Faltou talvez um esforço no sentido de empreender trabalhos orientados numa perspectiva mais abrangente, visando a elaboração de uma História Econômica do Brasil capaz de explicar as grandes transformações da sociedade brasileira nestes cinco séculos.

Mas, parece que o próprio esforço de construir uma História Econômica do Brasil desse tipo foi interrompido na década de 1980, quando a crise econômica pôs fim ao ciclo expansivo do pós-Guerra. Enquanto, a crise dos anos trinta tivera o dom de atrair as atenções para os problemas socioeconômicos e, em especial, para a História Econômica, como pode ser visto nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen, a crise dos anos oitenta parece ter provocado um desencantamento com a História Econômica. Provavelmente devido a isso, os estudos de História Econômica perderam força, tornaram-se mais fragmentados, dispersos e isolados, ao passo que os temas culturais da História das Mentalidades, da Sexualidade, da Magia, do Cotidiano, da Subjetividade, etc., foram se multiplicando, ganhando cada vez mais espaço na Universidade e nos cursos de pós-graduação. Nos anos oitenta, Emília Viotti da Costa chegou a afirmar que os historiadores tomaram ojeriza por tudo que cheirasse a "História centralizada em forças impessoais, estruturas econômicas ou sociais e buscaram resgatar o indivíduo, os discursos e as ideologias e acabaram por reduzir a História a discurso e a subjetividade" (cf. *O Estado de S. Paulo*, 02/05/1998, p. D7).

Na verdade, a historiografia tende a refletir os problemas de sua época.

ca, suas dúvidas e convicções, e a historiografia dos anos oitenta foi "filha do seu tempo" (Glénisson, 1977, p. 342). No século XIX, e até meados do século XX, o ritmo de transformação das coisas foi muito mais rápido do que o ritmo de transformação dos modos de pensar, dos costumes e da cultura. Neste final de século, a comunicação eliminou o desequilíbrio e a morosidade das transformações culturais, aproximando os ritmos das transformações das coisas e dos modos de pensar. O pensamento, a cultura, os modos de pensar, os costumes parecem transformar-se mais rapidamente do que as coisas e chegam a surpreender os próprios historiadores. Já do lado dos economistas, o abandono das pesquisas em História Econômica parece ter sido provocado pelo domínio crescente dos modelos de equilíbrio da teoria neoclássica.

Mas, no momento, parece estar ocorrendo um certo retorno aos estudos de História Econômica, aproximando os estudos realizados nos quatro cantos do País, tendo chegado, quem sabe, a hora de começar a fazer uma História Econômica mais abrangente do Brasil. A evidência deste retorno está na formação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) em 1993, e na abertura de vários cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado em História Econômica, principalmente junto a cursos de Economia. Uma lição parece persistir em deixar sua marca — a de que a colaboração estreita entre economistas, historiadores, cientistas sociais e estatísticos continua sendo o caminho mais fecundo para o desenvolvimento da disciplina História Econômica.

Bibliografia Consultada

- Balhana, Altiva Pilatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *Revista Brasileira de História*, 3 (5), p. 11-19, 1983.
- Berg, Maxine. The first women economic historians. *Economic History Review*, 45 (2), May, p. 308-329, 1992.
- Blay, Eva Alterman e Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. *Ciência e Cultura*, 36 (12), dezembro, p. 2.135-2.143, 1984.
- Buarque de Holanda, Sérgio (dir.). Introdução. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo 1, v.1, p. 7-11, 1960.
- Cadernos IFCH-UNICAMP. Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil 1889-1945. Convênio FINEP/ UNICAMP, 1980-1981, n. 2, 1982.
- Campos, Pedro Moacyr. O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, n. 18, p. 491-503, 1954.
- _____ e Costa, Emília Viotti da. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: Glénisson, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 2 ed. São Paulo: Difel,

1977. Apêndice p. 250-293, 1977.
- Canabrava, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640*. Boletim n. 2 da cadeira de História da Civilização Americana. Faculdade de Filosofia da USP, 1942.
- . Documentário sobre o desembarque clandestino de escravos em Cananéia. *Revista de História*, 1 (4), p. 559-592, 1950.
- . *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo. 1861-1815*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1951.
- . Um capítulo da história das técnicas no Brasil: o emprego do bagaço de cana como combustível dos engenhos. In: *Anais IV Congresso de História Nacional*, 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.11, p. 461-471, 1952.
- . A grande propriedade rural. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 1, v. 2. A Época Colonial, p. 192-217, 1960.
- . Manufaturas no período de D. João VI no Brasil. In: *Uma Experiência Pioneira de Intercâmbio Cultural*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 162-180, 1963.
- . *São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- . Roteiro sucinto da historiografia brasileira. In: Holanda, Sérgio Buarque de, Canabrava, Alice Piffer e Luz, Nécia Villela. *Introdução ao Estudo da História do Brasil*. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 2-39, 1971.
- . A grande lavoura. In: Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, t. 2, v. 4, *O Brasil Monárquico*, p. 85-140, 1974.
- . Decadência e riqueza da Capitania de São Paulo, no governo de Luís Antonio de Souza Botelho Mourão — Morgado de Matheus. *Revista de História*, 50 (100), p.335-366, 1974.
- . Minhas Reminiscências. *Economia Aplicada*, 1 (1). Janeiro-Março 1997, p.157-163, 1997.
- Capelato, Maria Helena Rolim (coord.). *Produção Histórica no Brasil:1985-1994: Catálogo de Dissertações e Teses dos Programas e Cursos de Pós-Graduação em História*. São Paulo: Xamã.V. 1, Departamento de História da FFLCH-USP. Programa de pós-graduação em História Econômica, programa de pós-graduação em História Social; v.2, *Programas de Pós-graduação em História Puc/RJ, Puc/RS, Puc/SP, UnB, Unicamp, Unesp-Assis, Unesp-Franca, UFBA*; v.3 *Programas de Pós-graduação em História UFF, UFGO, UFMG, UFPR,UFPE, UFRGS, UFRJ, UFSC, UNISINOS*. São Paulo, CNPq/ História da USP- ANPUH, 1995.
- , Glezer, Raquel e Ferlmi, Vera L. Amaral. A Escola Usiana de História. In: Capelato, Maria Helena R. (coord.). *Produção Histórica no Brasil. 85-94*. São Paulo, CNPq/ História da USP- ANPUH, v. 1, p. 15-26, 1995.
- Chaunu, Pierre. História Econômica: Retrospectiva e Perspectiva. *Anais de História*. Publicação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano 2, p. 10-35, 1971.
- Cipolla, Carlo M. *Entre la Historia y la Economia. Introducción a la Historia Económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- Coleção da *Revista de História*. Índice dos números 1 ao 40 (1950-1960). Organizado por Eurídepes Simões de Paulo, São Paulo, v. 1, 1966.

- Coleção da *Revista de História*. Índice dos números 41 ao 80 (1960-1969). Organizado e publicado sob a direção de Eurípedes Simões de Paula, São Paulo, v. 2, 1970.
- Índice dos números 81 ao 112 (1970-1977). Organizado e publicado sob a direção de Maria Regina Simões de Paula São Paulo, v. 3, 1990.
- Costa, Emília Viotti da. Defesa de tese de doutoramento da licenciada Maria Tereza Schöerer Petrone. *Revista de História*, 16 (30), p. 240-250, 1965.
- *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1966.
- O escravo na grande lavoura. In: In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, v. 3. *O Brasil Monárquico*, p. 135-188, 1967.
- Ellis, Myriam. Pesquisa sobre a existência de ouro e prata no planalto paulista século XVI e XVII. *Revista de História*, 1 (1), p. 51-71, 1950.
- Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial. *Revista de História*, 1 (4), p. 495-516, 1950.
- *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil, 1631-1801*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955-6.
- Documentário: Estudo sobre a decadência das minas através de um documento. *Revista de História*, 12 (26), p. 463, 1956.
- Documentário: Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial. *Revista de História*, 15 (32), p. 415, 1957.
- Documentário: Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil século XVII. *Revista de História*, 17 (36), p. 429, 1958.
- *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Zonas Mineradoras do Brasil no Século XVIII*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1961.
- *As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial*. São Paulo, s/ed. 2v. (mimeo), 1966.
- Documentário: Um documento anônimo dos fins do século XVIII sobre as relações comerciais entre Brasil e Portugal. *Revista de História*, 28 (38), p. 383.
- Primórdios da indústria saladeiril no Brasil colonial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 4, p. 31-42, 1968.
- A mineração no Brasil no Século XIX. In: Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, t. 2, v. 4. *O Brasil Monárquico*, p. 7-17, 1974.
- Fenelon, Déa Ribeiro. *Cairu e Hamilton — um estudo comparativo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FFCH, da Universidade Federal de Minas Gerais, fevereiro, 1973.
- Fico, Carlos. *A História no Brasil (1980-89): elementos para uma avaliação historiográfica e séries de dados* / Carlos Fico e Ronaldo Polito. Ouro Preto: UFOP, 1994.
- Glénisson, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- Hugon, Paul. Doutrinas econômicas e história econômica. *Revista de História*, 15 (32), outubro-dezembro, p. 261-273, 1957.
- Iglésias, Francisco. Situação da História Econômica no Brasil. *Anais de História*. Publicação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano 2, p. 9-64, 1970.
- A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, 43 (88), 1971.
- A historiografia atual e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, 3 (5), p. 129-141, 1983.
- Janotti, Aldo. Noticiário. *Revista de História*, 4, p. 237-240, 1952.

- Lapa, José R. do A. *A Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A História da Historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Levy, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.
- _____. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas. Esboços de História Empresarial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- _____. e Andrade, Ana Maria Ribeiro de. A gestão monetária na formação do Estado Nacional. *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia*. Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 1980.
- Linhares, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- _____. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- Lobo, Eulália M. Lahmeyer. Evolução dos preços e padrão de vida no Rio de Janeiro 1830-1930. *Revista Brasileira de Economia*, 25 (4), out.-dez. p. 235-265, 1971.
- _____. Comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História*, 51 (101), p. 49-106, 1975.
- Luz, Nícia Villela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro. *Revista de História*, 15(32), 1957, p. 357; 16 (33), 1958, p. 27; 16 (34), p. 305, 1958; 17 (35), 1958, p. 47; 18 (37), 1959, p. 97, 1957, 1958 e 1959.
- _____. *A Luta pela Industrialização do Brasil 1808 a 1930*. São Paulo: Difel, 1961.
- _____. Industrialismo e desenvolvimento econômico do Brasil. 1808-1920. *Revista de História*, 27 (56), p. 271-285, 1963.
- _____. A política de D. João VI e a primeira tentativa de industrialização no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 5, p. 31-43, 1968.
- _____. Bibliografia. In: Holanda, Sérgio Buarque, Canabrava, Alice Piffer e Luz, Nícia Villela. *Introdução ao Estudo da História do Brasil*. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 62-173, 1971.
- _____. As tentativas de industrialização no Brasil. In: Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, t. 2, v. 4. *O Brasil Monárquico*, p. 28-41, 1974.
- _____. et al. Part Four: Brazil. In: Conde-Córtes, Roberto & Stein, Joseph. Stanley (eds.) *Latin America: a Guide to Economic History, 1830-1930*, University of California Press, Berkeley, 1977. p. 165-272, 1977.
- Massi, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1991.
- Mattoso, Kátia M. Queiroz. Os preços na Bahia de 1750-1930. *Colloques Internationaux du CNRS L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS. p. 167-182, 1973.
- Mello, Zélia M. C, Saes, Flávio A. M. e Nozoe, Nelson H. Três pesquisas pioneiras em história econômica — as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava. *Estudos Econômicos*, 15, n. especial, p. 169-117, 1985.
- Mesgravis, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 3 (5), p. 87-118, 1983.
- Mota, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos 40 anos. Tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*, 5, p.1-26, 1975.

- Pantaleão, Olga. *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. Boletim n. 1 da cadeira História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo (Boletim n. 62), 1946.
- Aspectos do comércio dos domínios portugueses no período 1808 a 1821. *Revista de História*, 20 (41), p. 91-104, 1960.
- A presença inglesa. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, v. 1. *O Brasil Monárquico*, p. 64-99, 1962.
- Pesavento, Sandra Jatahy. Pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História*, 3 (5), p. 21-22, 1983.
- Petrone, Maria Thereza Schöerer. Notas sobre o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América, século XVI. *Revista de História*, 15 (32), p. 275, 1957.
- As áreas de criação de gado. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t.1, v. 2. *A Época Colonial*, p. 218-227, 1960.
- Imigração assalariada. Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, v. 3. *O Brasil Monárquico*, p. 274-296, 1967.
- A lavoura canvieira em São Paulo, expansão e declínio. 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.
- Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antonio da Silva Prado (1817-1929). *Revista de História*, 36 (73), p. 115-38; 37 (76), 1968, p. 315-343; 39 (79), 1969, p. 121-127, 1968.
- O afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do sul na década da Independência. *Revista de História*, 46 (94), p. 383-406, 1972.
- Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba Paulista em 1854. *Revista de História*, 52 (103), p. 375-399, 1975.
- O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- Imigração. In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 3, v. 2. *O Brasil Republicano*, p. 94-133, 1977.
- Queiroz, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, n. 21, p. 109-177, 1967.
- José de Góis e Moraes: o paulista que quase comprou São Paulo. *Revista de História*, 42 (86), p. 373-387, 1971.
- Documentário: Uma insurreição de escravos em Campinas. *Revista de História*, 49 (99), p. 193-233, 1974.
- A brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade? *Revista de História*, 52 (103), p. 443-482, 1975.
- São Paulo (1875-1975). *Revista de História*, 54 (108), p. 419-502, 1976.
- Revista de História*. Noticiário. São Paulo, v. 13, p. 277-288, 1956.
- Rodrigues, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p.145-221, 1969.
- Rodrigues, Maria Regina Cunha. Uma explicação. *Revista de História*, 26 (103), p. 9-18, 1975.
- Silva, Raul de Andrada e Castro, Luís Antonio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, 17 (33), p. 263-284, 1966.
- Simões de Paula, Eurípedes. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade

- de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a Historiografia Brasileira. *Revista de História*, 42 (88), p. 425-451, 1971.
- Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. 6ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, 1969.
- Szmrecsányi, Tamás. História econômica, teoria econômica e economia aplicada. *Revista de Economia Política*, 12 (3), jul-set. p. 130-136, 1992.
- _____. Sumário da historiografia econômica recente do Brasil Republicano. *América Latina en la Historia Económica*, México, n. 6, jul-dic. p. 91-105, 1996.
- Versiani, Flávio Rabelo. A ANPEC aos 25 anos: Passado e Futuro. *Revista da ANPEC*, n. 1, agosto., p. 219-251, 1997.
- Westphalen, Cecília M. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra na Paraná moderno. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1969. *Revista de História*, 41 (83), p. 263-264, 1970.
- _____. Introdução de escravos no litoral paranaense. *Revista de História*, 44 (89), p. 139-154, 1972.
- _____. Comércio exterior do Brasil Meridional no século XVIII. *Revista de História*, 50 (100), p. 275-292, 1974.
- Wright, Antônia F. de Almeida. Brasil-Inglaterra 1831-1889. In: Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, t. 2, v. 4. *O Brasil Monárquico*, 1974. p. 141-152, 1974.
- Zemella, Mafalda P. Os ciclos do pau-brasil e do açúcar. *Revista de História*, 1 (4), p. 485-494, 1950.
- _____. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. Boletim n. 12 da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Publicada como livro pela Hucitec-Edusp, 1990), 1951.
- _____. Documentário: A introdução do bagaço de cana como combustível nos engenhos de açúcar coloniais. *Revista de História*, 6 (13), p. 235, 1953.